HOLY SEE PRESS OFFICE
OFICINA DE PRENSA DE LA SANTA SEDE
BUREAU DE PRESSE DU SAINT-SIEGE
PRESSEAMT DES HEILIGEN STUHLS

BOLLETTINO

SALA STAMPA DELLA SANTA SEDE

N. 0584

Martedì 26.11.2002

Pubblicazione: Immediata

Sommario:

♦ LE UDIENZE
♦ VISITA "AD LIMINA APOSTOLORUM" DEI PRESULI DELLA CONFERENZA EPISCOPALE DEL BRASILE (REGIONE SUL III-IV)
♦ RINUNCE E NOMINE
♦ AVVISO DI CONFERENZA STAMPA

♦ LE UDIENZE

LE UDIENZE

Il Santo Padre ha ricevuto questa mattina in Udienza:

S.E. Mons. Giorgio Zur, Arcivescovo tit. di Sesta, Nunzio Apostolico in Austria;

S.E. Mons. Jean-Paul Gobel, Arcivescovo tit. di Galazia in Campania, Nunzio Apostolico in Nicaragua;

S.E. Mons. Attilio Nicora, Arcivescovo-Vescovo emerito di Verona, Presidente dell'Amministrazione del Patrimonio della Sede Apostolica.

[01849-01.01]

VISITA "AD LIMINA APOSTOLORUM" DEI PRESULI DELLA CONFERENZA EPISCOPALE DEL BRASILE (REGIONE SUL III-IV)

Pubblichiamo di seguito il discorso che il Santo Padre Giovanni Paolo II ha rivolto agli Ecc.mi Presuli della Conferenza Episcopale del Brasile (Regione Sul III-IV), incontrati questa mattina e ricevuti in questi giorni, in separate udienze, in occasione della Visita "ad Limina Apostolorum":

● DISCORSO DEL SANTO PADRE

Venerados Irmãos no Episcopado

1. Formados para uma fé adulta, os discípulos do Senhor são chamados a anunciar e promover no mundo, dominado hoje por crescentes incertezas e temores, as transcendentes realidades da vida nova em Cristo. Ao mesmo tempo eles devem sentir-se empenhados em contribuir ativamente para a promoção integral do homem, para a afirmação do diálogo e da compreensão entre os indivíduos e os povos, para o progresso da justiça e da paz. Como recorda a *Carta a Diogneto*, os cristãos são «a alma do mundo» (6, 1). Que todo fiel compreenda, com renovada consciência, a sua tarefa de ser alma do mundo!

Esta é a vossa preocupação prioritária, caríssimos Irmãos, Pastores das diletas Igrejas dos Regionais Sul - 3 e 4. A ela voltais insistentemente nos vossos planos pastorais, vendo nisto um exigente desafio missionário pelo qual toda a comunidade se deve sentir seriamente interpelada. Enquanto vos exprimo apreço pelo vosso generoso trabalho apostólico, dirijo a cada um a minha fraterna e grata saudação. Agradeço em particular a *D. Dadeus Grings*, Arcebispo de Porto Alegre e Presidente do Regional Sul 3, os sentimentos cordiais que me expressou em vosso nome; envio um pensamento afetuoso também aos Bispos que já deixaram o direto ministério pastoral. O Senhor da messe, que vos chamou para trabalhar no seu campo, cumule todos vós da sua benevolência.

2. Num ambiente em que não raramente a liberdade de palavra é usada como arma para difundir mensagens contrárias aos ensinamentos da moral cristã, não falte a franca presença pública do pensamento católico. Fiel ao mandato de Cristo, a Igreja insiste em que a verdadeira e perene «novidade das coisas» provém do poder infinito de Deus: é Deus que faz novas todas as coisas (cf. *Ap* 21, 5). Os homens e mulheres redimidos por Cristo são participantes desta novidade e seus dinâmicos colaboradores. Uma fé socialmente insignificante já não seria a fé exaltada pelos Atos dos Apóstolos e pelos escritos de Paulo e de João.

A Igreja não pretende usurpar tarefas e prerrogativas do poder político; mas sabe que deve oferecer também à política sua contribuição específica de inspiração e de orientação acerca dos grandes valores morais. A imperiosa distinção entre Igreja e poderes públicos não deve fazer esquecer que uma e outros se dirigem para o homem; e a Igreja, «perita em humanidade», não pode renunciar de inspirar as atividades políticas a fim de orientá-las ao bem comum da sociedade. Uma missão tão comprometedora requer audácia, paciência e confiança; não é uma empresa fácil, não o é sobretudo nos dias de hoje, porque, como vós próprios notais, a sociedade moderna está marcada por uma evidente desorientação ideal e espiritual.

3. No nº 12 da Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, destinada a preparar o Grande Jubileu do Ano 2000, quis recordar a tradição dos anos jubilares de Israel, tempos dedicados especialmente a Deus, nos quais, ao mesmo tempo, previa-se a emancipação dos presos, a redistribuição das terras e o resgate das dívidas. Tratava-se da implementação de uma eqüidade e uma justiça, que fossem o reflexo da alegria de saber-se escolhidos e amados por Deus. Por isso, «na tradição do ano jubilar, encontra uma das suas raízes a doutrina social da Igreja» (*Ibid.* 13), isto é, esse conjunto de princípios e critérios que, como fruto da Revelação e da experiência histórica, foram decantando-se para facilitar a formação da consciência cristã e da implementação da justiça na convivência humana.

Estes princípios e critérios são das mais distintas formas. Por exemplo, o amor preferencial pelos pobres, com a finalidade de que alcancem um nível mais digno de vida; o cumprimento das obrigações assumidas em contratos e convênios; a proteção dos direitos fundamentais exigidos pela dignidade humana; o uso correto dos próprios bens, que redundem no benefício individual e coletivo, coerentemente com o objetivo social que

corresponde à propriedade; o pagamento dos impostos; o desempenho adequado e honesto - com espírito de serviço - dos cargos e funções que se exercem; a veracidade, tanto na palavra dada quanto nos processos e juízos; o cumprimento do trabalho com competência e dedicação; o respeito pela liberdade das consciências; a universalização da educação e da cultura; a atenção aos inválidos e aos desempregados.

Porém, desde uma perspectiva negativa, pode-se assinalar entre as violações da justiça, a insuficiência salarial para a sustentação do trabalhador e da sua família; a injusta apropriação dos bens alheios; a discriminação no trabalho e os atentados contra a dignidade da mulher; a corrupção administrativa ou empresarial; o afã exagerado de riqueza e de lucro; os planos urbanísticos concretizados em moradias que, na prática, levam ao controle da natalidade devido às pressões econômicas; as campanhas que violam a intimidade, a honra ou o direito à informação; as tecnologias que degradam o ambiente, e assim por diante.

No exercício do tríplice múnus de santificar, ensinar e governar, os bispos ajudam os fiéis a ser autênticas testemunhas de Jesus ressuscitado. Nem sempre resulta fácil orientá-los na busca de respostas adequadas, segundo os ensinamentos de Jesus Cristo, aos desafios do contexto econômico e social.

4. Não é nenhuma novidade a constatação de que vosso País convive com um déficit histórico de desenvolvimento social, cujos traços extremos são o imenso contingente de brasileiros vivendo em situação de indigência e uma desigualdade na distribuição da renda que atinge patamares muito elevados. Mesmo assim, por seu volume total, a economia brasileira se coloca entre as dez primeiras do mundo e a renda média per capita é bem superior à dos países mais pobres. O Brasil apresenta, então, o paradoxo de possuir um grau de desenvolvimento industrial científico-tecnológico equiparável, em certos estágios, ao primeiro mundo, embora deva conviver com uma crônica marginalização econômica de grandes setores sociais, como a massa de trabalhadores rurais sem terra, os microproprietários rurais empobrecidos e endividados e os grandes contingentes de trabalhadores urbanos marginais, fruto das migrações internas e das rápidas mudanças na estrutura do emprego.

5. A pobreza e as injustiças sociais do Brasil têm início no período colonial e nos primeiros anos de vida independente. Os planos de desenvolvimento aplicados durante o século XX asseguraram o conjunto do crescimento material do País, e o florescimento de uma economia urbano-industrial diversificada e a correspondente classe média, rica de criatividade e iniciativa. Todavia, eles não foram capazes de eliminar a pobreza e a miséria, nem de reduzir as desigualdades de riqueza e de renda, que vem acentuando-se no período mais recente.

Talvez a própria história econômica brasileira seja uma boa demonstração da ineficácia dos sistemas econômicos destinados a resolver por si só os problemas do desenvolvimento humano, quando não são acompanhados e corrigidos por um *forte compromisso ético* e pelo empenho constante de serviço à dignidade humana.

Faz alguns anos, a propósito da queda do muro de Berlim e do fracasso do marxismo, quis recordar que «não é possível compreender o homem a partir de uma visão econômica unilateral, e nem mesmo poderá ser definido de acordo com a divisão de classes» (*Centesimus Annus*, 24). Do mesmo modo, ele não pode ser julgado como um elemento a mais da economia de mercado, porque «antes da lógica da comercialização dos valores equivalentes e das formas de justiça, que lhe são próprias, existe *algo que é devido ao homem porque é homem*, com base na sua eminente dignidade. Esse *algo* que é devido comporta inseparavelmente a possibilidade de sobreviver e de dar uma contribuição ativa para o bem comum da humanidade» (*Ibid.*, 34).

As experiências econômicas registradas no Brasil a partir dos anos 40 do século passado - substituição das importações, industrialização protegida, ação empresarial do Estado, expansão subsidiada da fronteira agrícola, etc... -, procuraram combinar elementos técnicos dos grandes sistemas econômicos então vigentes, favorecendo, sem dúvida, o crescimento global. Porém, elas não acertaram no objetivo fundamental de reduzir substancialmente a pobreza. Os recentes planos de estabilização monetária, modernização tecnológica e de abertura comercial, apesar da sua relativa eficácia, permitiram alcançar tal objetivo somente em parte.

Na verdade, a par de insuficientes medidas de proteção social e de redistribuição da renda, o que verdadeiramente pode ter faltado foi uma *concepção ética da vida social*. A simples instrumentação de planos e medidas a longo prazo, para corrigir os desequilíbrios existentes, não pode jamais prescindir do empenho de solidariedade institucional e pessoal de todos os brasileiros. A tal fim, os católicos, que constituem a maioria da população brasileira, podem dar uma contribuição fundamental.

6. O novo cenário internacional devido à globalização, impõe aos Estados importantes decisões quanto à sua capacidade de intervir na vida econômica também na tentativa de corrigir desequilíbrios e injustiças sociais.

Já em 1967 Meu venerado predecessor Paulo VI chamava a atenção sobre a crescente interdependência dos povos e sobre a impossibilidade dos países viverem isolados; ressaltava-se então que este processo de interdependência poderia ser equacionado por uma globalização solidária, na qual as nações mais fortes garantissem certas vantagens financeiras e comerciais aos mais débeis, a fim de ajudar a nivelar, na medida do possível, o marco internacional de referência, ou pelo contrário, poderia servir para acentuar as distorções (cf. *Populorum progressio*, 54-55). Infelizmente, ainda hoje a globalização age muitas vezes a favor do mais forte, fazendo que as vantagens decorrentes do desenvolvimento tecnológico sejam vinculadas ao quadro normativo internacional.

Vosso País está também condicionado pelo entorno internacional como os demais Estados, mas possui uma economia suficientemente forte que, até hoje, permitiu enfrentar as recorrentes crises financeiras globais. A população, aliás, tem confiança na própria moeda e no funcionamento das instituições. Deve-se agradecer a Deus, portanto, que existam no conjunto da sociedade os elementos básicos para resolver os problemas sociais, à margem dos condicionamentos externos. E' possível trabalhar no Brasil por uma sociedade mais justa, e o compromisso nesse trabalho é parte das exigências derivadas da difusão da mensagem evangélica.

7. A vós, veneráveis Irmãos, como hierarquia do povo de Deus, vos compete promover a busca de soluções novas e cheias de espírito cristão. Uma visão da economia e dos problemas sociais, desde a perspectiva da doutrina social da Igreja, leva a considerar as coisas sempre do ponto de vista da dignidade do homem, que transcende o simples jogo dos fatores econômicos. Por outro lado, ajuda a compreender que, para alcançar a justiça social, se requer muito mais do que a simples aplicação de esquemas ideológicos originados pela luta de classes como, por exemplo, através da invasão de terras - já reprovada na minha Viagem Pastoral em 1991 - e de edifícios públicos ou privados, ou, por não citar outros, a adoção de medidas técnicas extremas, que podem ter conseqüências bem mais graves do que a injustiça que pretendiam resolver, como no caso de um incumprimento unilateral dos compromissos internacionais.

O mais importante, segundo a missão que Jesus Cristo confiou aos Bispos e, também, o mais eficaz é estimular toda a potencialidade e riqueza do povo de Deus, especialmente dos leigos, para que, na medida do possível, reine no Brasil uma autêntica justiça e solidariedade, que seja fruto de uma coerente vida cristã.

Numa democracia verdadeira sempre deve haver espaço legal para que grupos, longe de recorrerem à violência, possam fazer valer processos de justa pressão para se acelerar o estabelecimento da tão almejada eqüidade e justiça para todos.

8. Deve-se, por isso, trabalhar incansavelmente para a formação dos políticos, de todos os brasileiros que têm algum poder decisório, grande ou pequeno e, em geral, de todos os membros da sociedade, de modo que assumam plenamente as próprias responsabilidades e saibam dar um rosto humano e solidário à economia.

Ocorre formar nas classes políticas e empresariais um autêntico espírito de veracidade e de honestidade. Quem assume uma liderança na sociedade, deve procurar prever as conseqüências sociais, diretas e indiretas, a curto e a longo prazo, das próprias decisões, agindo segundo critérios de maximização do bem comum, ao invés de procurar ganâncias pessoais. Os cristãos devem estar dispostos a renunciar a qualquer vantagem econômica ou social se não for por meios absolutamente honestos, não somente de acordo com as leis civis, mas segundo o excelso padrão moral marcado pelo próprio nome de cristãos, que seguem o rasto de Cristo sobre a terra.

9. Viver coerentemente como cristãos significa converter a própria vida num constante e generoso serviço ao próximo.

Na minha Carta aos Sacerdotes por ocasião da Quinta-feira Santa de 2002, falando do sacramento da Penitência, procurei estimular nos meus irmãos sacerdotes aquela amizade de Jesús com Zaqueu: de homem que vivia da exploração dos seus irmãos, àquele que decide dar generosamente parte dos seus bens aos pobres e remediar as injustiças cometidas. O episódio de Zaqueu, narrado pelo evangelista Lucas, indica o caminho do exercício da opção preferencial pelos pobres. Ela não é uma opção classista, mas serve de base de aproximação a todos os cristãos e a todos os homens, ricos e pobres, de qualquer partido ou opinião política com o espírito de Cristo, para provocar neles o milagre da misericórdia. Conseguireis desse modo, veneráveis Irmãos, fazer que todos os brasileiros, façam como Zaqueu, uma opção de vida em favor de seus irmãos, e abrireis nos cristãos, e em todos os homens de boa vontade do Brasil, as infinitas potencialidades do amor de Deus.

No pensamento e na ação política e econômica, com a finalidade de zelar pelo bem comum, florescerão numerosas iniciativas - economia de comunhão e participação, iniciativas assitênciais e educacionais, formas inovadoras de auxílio à população carente, etc...- que expressarão a variedade do povo de Deus e a incomensurável riqueza humana e espiritual do povo dessa grande Nação.

10. Venerados Irmãos no Episcopado, os desafios do trabalho não esmoreçam nunca o vosso entusiasmo; sede antes apóstolos do otimismo e da esperança, infundindo confiança aos mais diretos colaboradores e à inteira sociedade da vossas Regiões episcopais.

Na exaltante fadiga da edificação do Reino de Deus assistam-vos os Santos e Bem-aventurados da Terra de Santa Cruz. Proteja-vos Nossa Senhora Aparecida, venerada com particular e intensa devoção pelo vosso povo. À sua vigilante e materna proteção, confio os vossos planos apostólicos e as necessidades materiais e espirituais das Dioceses de que sois Pastores. Recebam a minha Bênção Apostólica que, de bom grado, estendo a quantos vos estão confiados.

[01853-06.01] [Texto original: Português]

RINUNCE E NOMINE• RINUNCIA DELL'AMMINISTRATORE APOSTOLICO "SEDE VACANTE ET AD NUTUM SANCTAE SEDIS" DI DÍLI (TIMOR ORIENTALE) E NOMINA DEL SUCCESSORE• NOMINA DEL VESCOVO DI HAI PHÒNG (VIÊT NAM)• NOMINA DEL COADIUTORE DI CÂN THO (VIÊT NAM)

• RINUNCIA DELL'AMMINISTRATORE APOSTOLICO "SEDE VACANTE ET AD NUTUM SANCTAE SEDIS" DI DÍLI (TIMOR ORIENTALE) E NOMINA DEL SUCCESSORE

Il Santo Padre ha accettato la rinuncia all'ufficio di Amministratore Apostolico "sede vacante et ad nutum Sanctae Sedis" di Díli (Timor Orientale), presentata da S.E. Mons. Carlos Filipe Ximenes Belo, S.D.B., Vescovo titolare di Lorium, in conformità al canone 401 § 2 del Codice di Diritto Canonico.

Giovanni Paolo II ha nominato Amministratore Apostolico di Díli (Timor Orientale) S.E. Mons. Básilio do Nascimento, Vescovo titolare di Settimunicia, mantenendogli l'ufficio di Amministratore Apostolico "sede vacante et ad nutum Sanctae Sedis" di Baucau (Timor Orientale).

[01850-01.01]

• NOMINA DEL VESCOVO DI HAI PHÒNG (VIÊT NAM)

Giovanni Paolo II ha nominato Vescovo della diocesi di Hai Phòng (Viêt Nam) il Rev.do Sacerdote Joseph Vu

Van Thien, del clero della medesima diocesi, Professore di Teologia al Seminario Maggiore di Hà Nôi.

Rev.do Joseph Vu Van Thien

Il Rev.do Joseph Vu Van Thien è nato il 26 ottobre 1960 a Ke Sat, Hai Duong, diocesi di Hai Phòng. Dopo gli studi secondari, è entrato nel Seminario Maggiore di Hà Nôi nel 1982, dove ha compiuto regolarmente gli studi filosofici e teologici. E' stato ordinato sacerdote il 24 gennaio 1988.

E' stato: Segretario del Vescovo e Parroco a My Dong (1988-94); Parroco a Dong Xa (1994-96); Studente di Teologia presso l'Istituto Cattolico di Parigi, dove ha conseguito la licenza (1996-2000). Dal 2000 insegna Teologia al Seminario Maggiore di Hà Nôi.

[01851-01.01]

• NOMINA DEL COADIUTORE DI CÂN THO (VIÊT NAM)

Il Papa ha nominato Vescovo Coadiutore della diocesi di Cân Tho (Viêt Nam), il Rev.do Sacerdote Stephanus Tri Buu Thien, del clero della medesima diocesi, Professore di Teologia Morale al Seminario Maggiore di Cân Tho.

Rev.do Stephanus Tri Buu Thien

Il Rev.do Sacerdote Stephanus Tri Buu Thien è nato il 15 febbraio 1950 a Tra Long, Tan Long, Soc Trang, diocesi di Cân Tho. Ha compiuto regolarmente gli studi nel Seminario Minore di Cân Tho e quelli filosofici e teologici nel Pontificio Collegio Pio X di Dalat (1971-1977).

E' stato ordinato sacerdote il 22 luglio 1987.

E' stato: Parroco a Xuan Hoa, Ke Sach, Hau Giang (1987-91); Professore nel Seminario Maggiore di Thanh Quy, Cai Rang, Cân Tho (1991-94); Studente all'Università Urbaniana a Roma, dove ha conseguito il dottorato in Teologia (1994-98). Dal 1998 è Professore di Teologia Morale al Seminario Maggiore di Cân Tho.

[01852-01.01]

AVVISO DI CONFERENZA STAMPA

Si informano i giornalisti accreditati che **giovedì 28 novembre 2002**, alle **ore 11.30**, nell'*Aula Giovanni Paolo II* della Sala Stampa della Santa Sede, avrà luogo la presentazione della **Conferenza Internazionale organizzata dalla Congregazione per l'Educazione Cattolica e dalla Federazione Internazionale delle Università Cattoliche (F.I.U.C.) Sul tema: "*Globalizzazione ed Educazione Superiore Cattolica: speranze e sfide*"**.

Interverranno:

Em.mo Card. Zenon Grocholewski, Prefetto della Congregazione per l'Educazione Cattolica (dei Seminari e degli Istituti di Studi);

S.E. Mons. Giuseppe Pittau, S.I., Arcivescovo tit. di Castro di Sardegna, Segretario della medesima Congregazione;

Rev.do Prof. Jan Peters, S.J., Presidente della Federazione Internazionale delle Università Cattoliche (F.I.U.C.);

Rev.do Mons. Guy-Réal Thivierge, Segretario della F.I.U.C.;

Rev.do Mons. Angelo Vincenzo Zani, Sotto-Segretario della Congregazione per l'Educazione Cattolica.

[01827-01.01]